



00012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 297, DE 9 DE JUNHO DE 2006.
(Do Poder Executivo)

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº. _____/2006

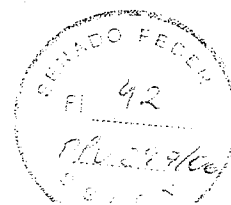
Art. 1º. O §2º. do Art. 6º da Medida Provisória nº 297, de 09 de junho de 2006, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º.

§ 2º Compete ao ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Município) responsável pela execução dos programas à definição das áreas, bairros ou divisão geográfica do Município onde atuará cada equipe de Agentes Comunitários de Saúde, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Ao se adequar à redação do *inciso I do art. 6º*, conforme proposto nesta emenda que fixa um critério claro e objetivo quanto à abrangência da área de seleção dos Agentes a serem contratados, também o § 2º do art. 6º requer clareza em sua redação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prevê-se o estabelecimento de regra para que o ente federativo – primordialmente o Município – que assume o encargo de execução do Programa, sem prejuízo de sua autonomia administrativa, fixe o limite territorial de atuação dos Agentes, de acordo com o número de equipes suficientes para atender as necessidades/demanda da comunidade local, observados critérios técnicos gerais definidos pelo Ministério da Saúde, como por exemplo, que cada Agente faça o acompanhamento de 200 a 250 famílias (entre 400 e 750 pessoas, conforme a densidade populacional) e as atividades a serem exercidas pelos Agentes.

Sala da Comissão, em 14 de Junho de 2006.


IVAN RANZOLIN
Deputado Federal

